

Referências

- ALEX, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- . *Direito, Razão, Discurso*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- . *El concepto y la validez del derecho*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- . *Teoría de la argumentación jurídica*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- . *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1999.
- . *Uma concepção teórico-discursiva da razão prática*. Trad. Luis Afonso Heck (no prelo).
- ALSCHULER, Albert W. "A peculiar privilege in historical perspective" In: *The privilege against self-incrimination*. HELMHOLTZ, R. H. et al. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária*. v. I. 3ª ed. Coimbra: Arménio Amado, 1981.
- . *Psicologia Judiciária*. v. II. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Problemas atuais da livre apreciação da prova*. Disponível em <www6.ufrgs.br/ppgd/doutrina>. Acesso em 11 jul. 2007.
- AMBOS, Kai. "O direito à não-autoincriminação de testemunhas perante o Tribunal Penal Internacional". *Revista de Estudos Criminais*. Porto Alegre, v. 2, n. 8, 2003.
- ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova em processo penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.
- ATIENZA, Manuel. *As razões do direito – Teorias da Argumentação Jurídica*. 3ª ed. São Paulo: Landy, 2003.
- AZEVEDO, David Teixeira de. "O interrogatório do réu e o direito ao silêncio". In: AZEVEDO, David Teixeira de. *Atualidades no direito e processo penal*. São Paulo: Método, 2001.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *O ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Sigilo bancário e privacidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- BAPTISTA, Francisco das Neves. *O mito da verdade real da dogmática do processo penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BARBIERO, Lourival Geraldo. "O direito constitucional do réu ao silêncio e suas consequências". *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 1998.
- BENDA, Ernst. "Dignidad humana y derechos de la personalidad". *Manual de Derecho Constitucional*. BENDA, Ernst; MAIHOFER, Werner; VOGEL, Hans-Jochen; HESSE, Konrad; HEYDE, Wolfgang (orgs.) et al. Madrid: Marcial Pons, 1996.
- BINDER, Alberto. *Introdução ao direito processual penal*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2003.
- BOROWSKI, Martin. "La restricción de los derechos fundamentales". *Revista Española de Derecho Constitucional*, a. 20. n. 59. Mayo-Ago. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2000.
- . *La estructura de los derechos fundamentales*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

- BUCHILLI, Beatriz da Conceição. "Meios e fontes de prova no processo de conhecimento". In: *Prova Judiciária – Estudos sobre o novo direito probatório*. KNIJKIK, Danilo (coord.) e outros. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- CARVALHO, José Theodoro Corrêa. "As inovações do interrogatório no processo penal". *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, a. 12, v. 23, jan./dez. 2004.
- CARVALHO, Salo de. "Considerações sobre as incongruências da justiça penal consensual: retórica garantista, prática abolicionista". In: *Diálogos sobre a Justiça Dialogal*. Aury Lopes Jr. et al. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- COLTRO, Antônio Carlos Mathias. "O silêncio, a presunção de inocência e sua valoração". In: PENTEADO, Jaques de Camargo (coord.). *Justiça penal*. n. 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- CÓRDOBA, Gabriela E. "Nemo tenetur se ipsum accusare: ¿principio de pasividad?". *Estudios sobre justicia penal – Honemaje al Profesor Julio B. J. Maier. David Baigún...* [et al.] – Buenos Aires: Del Puerto, 2005.
- COUCEIRO, João Claudio. *A garantia constitucional do direito ao silêncio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- DE LUCA, Javier Augusto. "Notas sobre la cláusula contra la autoincriminación". *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*. Buenos Aires, v. 5, n. 9B, octubre 1999.
- DI GIULIO, Gabriel H. *Nulidades procesales*. Buenos Aires: Hammurabi, 2005.
- DIAS NETO, Theodomiro. "O direito ao silêncio: tratamento nos direitos alemão e norte-americano". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 5, n. 19, jul./set. 1997.
- DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia – O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- . "Para uma Reforma Global do Processo Penal Português", in *Para uma Nova Justiça Penal*. Eduardo Correia et al. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
- . *Direito processual penal*. 1º v. Coimbra: Coimbra Almedina, 1974.
- FASSONE, Elvio. "La valoración de la prueba en los procesos de criminalidad organizada." *Cuadernos de política criminal* n. 68, 1998.
- FELDEN, Luciano. *A Constituição Penal – A dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- . *Direitos Fundamentais e Direito Penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- FERNANDES, Antonio Scarance. "O equilíbrio entre a eficiência e o garantismo e o crime organizado", in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 70, jan./fev. 2008.
- . "Prova e sucedâneos de prova no processo penal". *RBCCrim* a. 15. n. 66, maio/jun., 2007.
- . *Processo penal constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. "Direito e dever ao silêncio". Em: *Estudo Jurídico em homenagem a Manoel Pedro Pimentel*. Rubens Prestes Barra e Ricardo Antunes Andreucci (coords.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão – Teoria do Garantismo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- FERRER BELTRÁN, Jordi. "¿Cómo se valora una prueba?". *Iter Criminis Revista de Ciencias Penales*, n. 10, Segunda época, Instituto Nacional de Ciencias Penales.
- FLORIAN, Eugenio. *Elementos de Derecho Procesal Penal*. Barcelona: Libreria Bosch, 1934.
- GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método I – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 6. edição. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2004.
- . *Verdade e Método II – Complementos e Índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GAROFOLI, Vincenzo. "Presunzione d'innocenza e considerazione di non colpevolezza. La fungibilità delle due formulazioni". *Rivista italiana di diritto e procedura penale*, anno XLI, 1998, Milano, p. 168-200.

- GARZÓN VALDÉS, Ernesto. "¿Cuál es la relevancia moral del principio de la dignidad humana?". In *Derechos Fundamentales e Derecho Penal*. Patricia Cópola (compiladora). Córdoba: Inecip Córdoba, 2006.
- GASCÓN ABELLÁN, Marina. "Concepciones de la prueba. Observación a propósito de *Algunas consideraciones sobre la relación entre prueba y verdad*, de Michele Taruffo". *Discusiones – Prueba, conocimiento y verdad*. a. II, n. 3.
- . *Los hechos en el derecho – Bases argumentales de la prueba*. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2004.
- GOMES, Luiz Flávio. "Sobre o conteúdo processual do princípio da presunção de inocência". *Estudos de Direito Penal e Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- . *Suspensão condicional do processo penal – O novo modelo consensual de justiça criminal*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1995.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Direito à Prova no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- . *A motivação das decisões penais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. "O direito ao silêncio na prisão em flagrante". *Revista dos Tribunais*, a. 94, v. 836, jun. 2005.
- GONZÁLES-CUELLAR SERRANO, Nicolás. *El principio de proporcionalidad en el proceso penal*. Madrid: Editorial Colex, 1990.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. "O interrogatório como meio de defesa (Lei 10.792/2003)". *RBCCrim*, n. 53, mar./abr. 2005.
- GUZMÁN, Nicolás. "Las funciones de la prueba: perspectivas de una teoría cognoscitivista". *Más Derecho: Revista de Ciencias Jurídicas*, p. 145-60.
- . "Prohibición de declarar, facultad de abstención y prohibiciones probatorias". *Más Derecho: Revista de Ciencias Jurídicas*. Buenos Aires, n. 1, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. 3ª ed. Madrid: Cátedra, 1984.
- HADDAD, Carlos Henrique Borlido. "A constitucionalidade do exame de DNA compulsório em processos criminais e propostas de sua regulamentação". *Revistas da EMERJ*, v. 10, n. 39, 2007.
- . *Conteúdo e contornos do princípio contra a autoincriminação*. Campinas: Bookseller, 2005.
- HASSEMER, Winfried. *Direito Penal – Fundamentos, estrutura, política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.
- . *Introdução aos fundamentos do Direito Penal*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.
- HECK, Luís Afonso. "As garantias jurídico-constitucionais do acusado no ordenamento jurídico alemão". [Texto distribuído no Curso de Currículo Permanente EMAGIS – Módulo IV] Porto Alegre, 2005.
- . "O modelo das regras e o modelo dos princípios na colisão de direitos fundamentais". *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 781, novembro de 2000.
- . "Regras, princípios jurídicos e sua estrutura no pensamento de Robert Alexy". In: *Dos Princípios Constitucionais*. George Salomão Leite (org.). São Paulo: Malheiros, 2003.
- . *O Tribunal Constitucional Federal e o Desenvolvimento dos Princípios Constitucionais*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.
- . Prefácio. Em *O direito à cultura na Constituição Federal de 1988*. Tânia Maria dos Santos. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- HELMHOLTZ, R. H. "Introduction", p. 1-16. *The privilege against self-incrimination: Its origins and development*. HELMHOLTZ, R. H. et al. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- . "The privilege and the ius commune: the middle ages to the seventeenth century". *The privilege against self-incrimination: Its origins and development*. HELMHOLTZ, R. H. et al. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- . "El privilegio y el ius commune: de la edad media al siglo XVII". *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal*. Buenos Aires, v. 9, n. 15, mayo 2003.

- HESSE, Konrad. "Los Derechos fundamentales", in BENDA, Ernst; MAIHOFER, Werner; VOGEL, Hans-Jochen; HESSE, Konrad; HEYDE, Wolfgang (orgs.) et al. *Manual de Derecho Constitucional*, Madrid: Marcial Pons, 1996.
- . *Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- IBAÑEZ, Perfecto Andrés. "Sobre prueba y proceso penal". *Discusiones – Prueba, conocimiento y verdad*. Año II, número 3, p. 55-66.
- . "Sobre o valor da imediação (uma aproximação crítica)". In: *Valoração da prova e sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- . "A argumentação probatória e a sua expressão na sentença". In: *Valoração da prova e sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- . "Sobre a motivação dos fatos na sentença penal". In: *Valoração da prova e sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- . "Capitularia da sentença penal (em matéria de 'fatos')". In: *Valoração da prova e sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ILLUMINATI, Giulio. "L'imputato che diventa testimone". *L'indice penale*, n. 2, mai./ago. 2002.
- JAÉN VALLEJO, Manuel. "La presunción de inocencia". *Revista de derecho penal y proceso penal*, Buenos Aires, fasc. 2, 2004.
- JARDIM, Afrânio. "O ônus da prova na ação penal condenatória". In *Direito processual penal*, cap. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KIRSCH, Stefan. "¿Derecho a no autoinculparse?" *La insostenible situación del derecho penal*. Granada: Universidad Pompeu Fabra, 2000.
- KNIJNIK, Danilo. "Os standards do convencimento judicial: paradigmas para seu eventual controle". *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 353, jan./fev. 2001.
- . *A Prova nos Juízos Cível, Penal e Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- LA TORRE, Massimo. "Teorías de la argumentación y conceptos de derecho. Una aproximación". *Derechos y libertades*, a. IV, enero, n. 7. Boletín oficial del Estado, 1999.
- LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. *Teoria dos direitos fundamentais sociais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- LIMA NETO, Francisco Vieira. "Obtenção de DNA para exame: direitos humanos 'versus' exercício da jurisdição". Em *Grandes temas da atualidade: DNA como meio de prova da filiação – aspectos constitucionais, civis e penais*. Eduardo de Oliveira Leite (coord.). Rio de Janeiro, Forense, 2002.
- LOPES JR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal – Fundamentos da instrumentalidade garantista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- LOTHAR, Michael. "As três estruturas de argumentação do princípio da proporcionalidade – para a dogmática da proibição do excesso e de insuficiência e dos princípios de igualdade", tradução de Luís Afonso Heck. In: HECK, Luís Afonso (org.) et al. *Direito natural, direito positivo, direito discursivo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- MALATESTA, Nicola Framarino. *A Lógica das provas em matéria criminal*. v. I. Rio de Janeiro: Conan, 1995.
- MARTÍN PASTOR, José. "Controversia jurisprudencial y avances legislativos sobre la prueba pericial de ADN en el proceso penal". *La Ley Penal – Revista de Derecho Penal, Procesal y Penitenciario*, n. 46, año V, febrero 2008.
- MAURER, Hartmut. *Contributos para o Direito do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MEDEIROS, Flávio Meirelles. "Dificuldade de atuação dos limites jurídicos à livre apreciação da prova no chamado processo penal acusatório". *Revista do Tribunais* n. 710. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- MÉDICI, Sérgio de Oliveira. "Interrogatório do réu e direito ao silêncio". *Revista Jurídica*, ano XLI, n. 194, dez. 1993.

- MENDES, Gilmas Ferreira. "Significado do direito de defesa". *Direitos Fundamentais e controle de constitucionalidade*. 2ª ed. São Paulo: Celso Bastos, 1999.
- MONTAÑES PARDO, Miguel Angel. *La presunción de inocencia*. Pamplona: Editorial Arazandi, 1999.
- MONTERO AROCA, Juan. "Principio acusatório y prueba en el proceso penal". In: *Prueba y proceso penal*. Juan Luis Gomes Colomer (coord.) et al. Valência: Tirant lo Blanch, 2008.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. "A Constituição e as provas ilicitamente obtidas". *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 337, jan./mar. 1997.
- MORENO CATENA, Victor. "Garantía de los derechos fundamentales en la investigación penal". *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal* n. 8, Buenos Aires: Ad-Hoc, p. 113-67.
- . "Los elementos probatorios obtenidos con la afestación de derechos fundamentales durante la investigación penal", p. 75-106. Em: *Prueba y proceso penal*. Juan Luis Gomes Colomer (coord.) et al. Valência: Tirant lo Blanch, 2008.
- MORO, Sérgio Fernando. "Colheita compulsória de material biológico para exame genético em casos criminais". *Revista dos Tribunais*, v. 853, nov., 95º ano, 2006.
- MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis, MORAES, Maurício Zanoide de. "Direito ao silêncio no interrogatório". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 2, n. 6, abr./jun. 1994.
- NUCCI, Guilherme de Souza. "Interrogatório, confissão e direito ao silêncio no processo penal". *Revista da Escola Paulista da Magistratura*, a. I, v. 2, jan./abr. 1997.
- . *O valor da confissão como meio de prova no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- OJEA QUINTANA, Tomás. "El privilegio contra la autoincriminación : reflexiones acerca de dos sistemas de procedimiento criminal: adversarial y no adversarial." *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*. Buenos Aires, v. 5, n. 9B, oct. 1999.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Processo e hermenêutica da tutela penal dos direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- PALMA, Maria Fernanda. "A constitucionalidade do artigo 342º do Código Penal : o direito ao silêncio do arguido". *Revista do Ministério Público*. Lisboa, v. 15, n. 60, out./dez. 1994.
- PEDROSO, Fernando de Almeida. *Processo penal. O direito de defesa: repercussão, amplitude e limites*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- PIERANGELLI, José Henrique. *Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas*. 2ª ed. São Paulo: IOB Thompson, 2004.
- PRADO, Geraldo. *Elementos para uma análise crítica da transação penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- QUEIJO, Maria Elisabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- RAMOS, João Gualberto Garcez. *Audiência processual penal: doutrina e jurisprudência*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- . *Curso de processo penal norte-americano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- RAMOS, Vânia Costa. "Corpus Juris 2000 – Imposição ao arguido de entrega de documentos para prova e *nemo tenetur se ipsum accusare*". Parte I. *Revista do Ministério Público* n. 108, ano 27, out./dez. 2006.
- RISTORI, Adriana Dias Paes. *Sobre o silêncio do arguido no interrogatório no processo penal português*. Coimbra: Almedina, 2007.
- RODRIGUEZ GARCÍA, Nicolás. "A justiça penal e as formas de transação no direito norte-americano: repercussões". *RBCCrim* n. 13.
- ROSITO, Francisco. *Direito probatório – As máximas da experiência em juízo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- ROXIN, Claus. "Libertad de autoincriminación y protección de la persona del imputado en la jurisprudencia alemana reciente". *Estudios sobre justicia penal – Honemaje al Profesor Julio B. J. Maier*. David Baigún... [et al.] – Buenos Aires: Del Puerto, 2005.

- . *A proteção de bens jurídicos como função do direito penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- . *Derecho procesal penal*. Buenos Aires: Editores Del Puerto, 2000.
- RUIZ RUIZ, RAMÓN. “Peces-Barba Martínez, Gregório – La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho”. *Derechos y Libertades – Revista del Instituto Bartolomé de las Casas*. Año VIII, enero/diciembre 2003, n. 12.
- RUIZ, Victoria. “El derecho a no autoincriminarse en fallos del Tribunal Europeo de Derechos Humanos”. *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal*. Buenos Aires, v. 9, n. 15, mayo 2003.
- SABADELL, Ana Lúcia. *Tormenta juris permissione – Tortura e processo penal na Península Ibérica (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- SANDEVILLE, Lorette Garcia. “O direito ao silêncio”. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, n. 36, dez. 1991.
- SANNA, Alessandra. “L’esame dell’imputato sul fatto altrui. Tra diritto al silenzio e dovere di collaborazione”. *Rivista italiana di diritto e procedura penale*. Ano XLIV, n. 2, abr./jun. 2001.
- SANTANA, Selma Pereira. “A tensão dialética entre os ideais de eficiência, garantia e funcionalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, a. 13, v. 52, jan./fev. de 2005.
- SCAPINI, Nevio. *La prova per indizi nel vigente sistema del processo penale*. Milão: Giuffrè, 2001.
- SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, [19-].
- SCHWABE, Jürgen (compilador). *Cincuenta Años de Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Federal Alemán*. Traducción Marcela Anzola Gil. Bogotá: Ediciones Jurídicas Gustavo Ibañez, 2003.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. “Controle social punitivo e a experiência brasileira”. Em: *Processo penal e Estado de Direito*. Fauzi Hassan Choukr e Kai Ambos (coords.). Campinas: Edicamp, 2002.
- SILVA, Luís Virgílio Afonso da, “O proporcional e o razoável”, *Revista dos Tribunais*, Ano 91, nº 798, São Paulo: RT, abril de 2002.
- SILVA, Marcelo Cardozo. “Dos princípios e do preceito da proporcionalidade”. Disponível em <www.revistadotribuna.trf4.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2006.
- . *A prisão em flagrante na constituição*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2006.
- SPENCER, J. R. “O sistema inglês” *Processos penais da Europa*, Mireille Delmas-Marty (org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- STEIN, Friedrich. *El conocimiento privado del juez*. Bogotá: Têmis, 1988.
- TARUFFO, Michele. “Algunas observaciones sobre prueba y verdad.” *Discusiones – Prueba, conocimiento y verdad*. a. II, n. 3.
- . “Algunos comentarios sobre la valoración de la prueba”. *Discusiones – Prueba, conocimiento y verdad*. a. II, n. 3.
- . “Il significato costituzionale dell’obbligo di motivazione”. In: *Participação e processo*, Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco, Kazuo Watanabe (coords.) et al. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1988.
- . “Senso comum, experiência e ciência no raciocínio do juiz.” *Revista da Escola Paulista da Magistratura*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2001.
- . *La prueba de los hechos*. Madrid: Editorial Trotta, 2005.
- TEDESCO, Ignacio F. “El privilegio contra la autoincriminación: un estudio comparativo”. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*. Buenos Aires, v. 3, n. 6, ago. 1997.
- . “La libertad de la declaración del imputado: una análisis histórico-comparado”. In: HENDLER, Edmundo S. (Comp.). *Las garantías penales y procesales*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.
- TAIFKE, Nils. “Flexibilidade da dignidade humana?”, tradução de Roberto José Ludwig. In: HECK, Luís Afonso (org.) et alii. *Direito natural, direito positivo, direito discursivo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- TONINI, Paolo. *A prova no processo penal italiano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. v. 3. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

- TRAINOR, Scott A. "Un análisis comparativo del derecho de una corporación contra la auto incriminación". *Revista de Derecho Penal y Procesal Penal*, v. 1. Buenos Aires, enero 2007.
- TROIS NETO, Paulo M. C. "O processo penal na teoria dos princípios" *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, nº 20, out. 2007. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4jus.br/artigos/edicao020/paulo_trois_netto.html>. Acesso em 5 jan. 2009.
- TROISI-PATTON, Kimberly (org.) et al. *The right against self-incrimination*. San Diego: Thomson Gale, 2006.
- USTÁRROZ, Daniel. *Prova no processo civil* Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- VAN WEEZEL, Alex. "Persona como sujeto de imputación y dignidad humana". *Derecho penal del enemigo – El discurso penal de la exclusión*. Cancio Meliá – Gomez-Jara Díez (coords.). v. 2. Buenos Aires: Edisofer, 2006.
- VARELA, Casimiro. *Valoración de la prueba*. 2ª ed. Buenos Aires: Astrea, 1999.
- VOGLER, Richard. "Justiça consensual e processo penal". In: *Processo penal e Estado de Direito*. Fauzi Hassan Choukr e Kai Ambos (coords.). Campinas: Edicamp, 2002.
- WALTER, Gerhard. *Libre Apreciación de la Prueba*. Trad. Tomás Banzhaf. Bogotá: Themis, 1985.
- WARREN, Earl. "Homem prevenido: os direitos de Miranda". *Sub Judice: justiça e sociedade*. Coimbra, n. 12, jan./jun. 1998.
- WUNDERLICH, Alexandre. "A vítima no processo penal: impressões sobre o fracasso da Lei 9.099/95". *RBCCRim*, n. 47, 2004, p. 233-69.
- ZAINAGHI, Diana Helena C. G. M. "O direito ao silêncio: evolução histórica – Do Talmud aos Pactos e Declarações Internacionais". *Revista de Direito Constitucional e Internacional* nº 48, jul./set. 2004.
- ZANOTTI, Marco. "Nemo tenetur se detegere: profili sostanziali". *Rivista italiana di diritto e procedura penale*, nuova serie – anno XXXII, Milano: Giuffrè, 1989.